



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14028 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

NOTA HISTÓRICA SOBRE A GREVE DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS-MA (1989)

Vanessa Pereira Amorim de Sousa - UNINOVE / PPGE - UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO

Carlos Bauer - UNINOVE / PPGE - UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES/CNPQ

NOTA HISTÓRICA SOBRE A GREVE DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS-MA (1989)

Resumo: A proposta de pesquisa tem o objetivo remontar a luta política dos professores públicos ludovicenses de forma crítica nos momentos iniciais do período democrático brasileiro, identificando as condições objetivas que desencadearam as mobilizações contra o patronato governamental. Do ponto de vista da fundamentação teórica e metodológica, a escolha de algumas premissas no bojo da produção marxista e marxiana se mostrou ser mais adequada no desenvolvimento do estudo, visto que possibilita interpretação crítica de alguns aspectos da história do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação e das políticas educacionais contemporâneas. O estudo de caráter qualitativo, apoiou-se em fontes primárias diversificadas, como depoimentos, jornais, panfletos e demais documentos que colaboram com a preservação da memória sindical docente no campo da história da educação brasileira, valorizando a dimensão de movimento e totalidade que se encontra na própria essência da vida social. Apesar das ofensivas do sistema capitalista ao movimento sindical, eles permanecem a ser imperiosos na defesa do estabelecimento de condições dignas de vida e de trabalho e em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada como um inalienável direito do exercício da cidadania brasileira.

Palavras-chave: APEMM, associativismo, história da educação, Sindicalismo.

INTRODUÇÃO

O estudo tem o objetivo remontar alguns aspectos dos movimentos paredistas e das ações políticas dos professores públicos ludovicenses que eclodiram nos momentos iniciais do período democrático brasileiro, identificando as condições objetivas que desencadearam as mobilizações contra os designios governamentais na esfera educacional.

Na interpretação formulada por E. P. Thompson (1981, p.16), a experiência coletiva é determinante para compreensão das mudanças sociais, visto que “exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados”.

Em termos metodológicos, a categoria de experiência em Thompson, convoca os pesquisadores a tomar o empírico como ponto de partida para a construção do conhecimento. Isso porque, para esse autor a apreensão do conhecimento histórico se faz com a valorização da experiência social e concreta das pessoas que nos interessa estudar.

A GREVE DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS-MA DE 1989

O ano de 1989 foi marcado por lutas protagonizadas pela categoria dos professores da rede pública municipal. Pelos jornais é possível notar seu engajamento às pautas mais amplas, chegando a participar da Greve Geral chamada pelas Centrais Sindicais no dia 14 e 15 de março de 1989, participação no XII Congresso Nacional da Confederação de Professores do Brasil (CPB) que ocorreu em Campinas no mês de janeiro e presença no Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores em Educação, convocado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (O ESTADO DO MARANHÃO, 14 mar. 1989, p.2).

A Associação de Professores do Ensino Médio do Município de São Luís (APEMM), entidade de representação dessa categoria, aparecerá em reuniões, assembleias envolvendo lideranças sindicais para definição de pauta de mobilização dos servidores municipais que vão deliberar pela luta contra a aprovação do Projeto de Lei proposto pela Prefeitura de São Luís que pretendia alterar a Lei n.º 2.924, de 25 de novembro de 1988, e que atingia diretamente os professores, uma vez que modificava o Estatuto do Magistério, desvinculando os vencimentos dos professores do Piso Nacional de Salários e congelava-os com base nos vencimentos de dezembro daquele ano.

O prefeito recém-empossado, de Jackson Kepler Lago (PDT), tinha um discurso progressista, tentava imprimir um caráter democrático nas suas decisões e chamou os

servidores para “debater a política salarial do município”, episódio inédito na história do serviço público municipal ludovicense.

No mote os salários atrasados, estrangulados e as vantagens previstas, por exemplo, no Estatuto do Magistério, não eram garantidas mesmo constando em Lei. Havia em curso ainda, um projeto de lei proposto para alterar a Lei n.º 2.924 de 25 de novembro de 1988. Por outro lado, a Constituição Federal aprovada em 1988, proibia tal vinculação.

A gestão de Jackson Lago tinha a intenção de modificar a política salarial, além de reforçar a desvalorização do nível superior no magistério com proposta salarial inferior para essa categoria em relação a outras profissões de nível superior.

Os professores insatisfeitos com a administração pública municipal, exigirão, portanto, o cumprimento do Estatuto do Magistério, que estabelecia o pagamento de 2,5 a 4,5 salários-mínimos para professores (chegou a ser cumprido durante três meses na administração municipal passada), a implantação de incentivos sobre o salário real da categoria; 150% de aumento para os funcionários da educação (vigias, merendeiras, serventes, merendeiras), com base no salário de julho, mas com reajuste mensal de acordo com o IPC. Além disso, fazia parte das reivindicações a garantia do adicional de 1/3 do salário durante as férias, já assegurado pela Constituição Federal, implantação de quinquênios e incentivos, e regularização do FGTS. (O ESTADO DO MARANHÃO, 13 out. 1989, p.1 e p.5).

Muito embora os jornais não mencionem a participação da APEMM, pelo portfólio pessoal do ex-presidente da entidade, David Moisés Madeira (1991/1993), que gentilmente cedeu documentos, matérias de jornais, ofícios da Câmara Municipal, requerimentos entre outras fontes para compor esta pesquisa, é possível identificar a presença da APEMM na greve deflagrada em outubro de 1989, quando documentos e anotações retomam esse momento histórico e os itens da pauta de reivindicações.

Em assembleia, na tarde do dia 17 de outubro era esperado que o movimento grevista fosse deflagrado, mas uma greve de ônibus impediu o deslocamento da maioria dos professores. Apesar disso, um comando de greve foi definido, com o objetivo de chamar uma nova assembleia para decidir sobre a paralisação (O ESTADO DO MARANHÃO, 18 out. 1989, p.5).

Conforme entrevista concedida por Lucimá Góes, presidente da Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA), ao periódico O Estado do Maranhão (18 out. 1989, p.5), as proposições do prefeito não correspondiam às expectativas do professorado e, “o que é mais grave, fere frontalmente o estatuto do magistério”, na medida em que previa uma remuneração inferior ao salário-mínimo para a professora normalista em início de carreira. Enquanto o Estatuto do Magistério assegurava reajustes numa faixa de 2,5 a 4,5 salários-mínimos, os reajustes propostos pelo prefeito previam aumentos de 2,5 a 4,5 salários de referência.

Os professores encetaram piquetes nas escolas apresentando a tabela e o desmonte da política salarial do magistério municipal mobilizando a categoria para lutar por melhores salários. Também fizeram concentração na porta da Câmara Municipal e prefeitura, pressionando as autoridades para que as reivindicações fossem atendidas (O ESTADO DO MARANHÃO, 29 out. 1989, p. 2).

A greve foi deflagrada no dia 25 de outubro, em apenas seis dias atingiu 100% de adesão paralisando 3.200 professores, 103 escolas e 28.262 estudantes. (O ESTADO DO MARANHÃO, 29 out. 1989, p. 2).

Após 34 dias de paralisação a greve chegou ao fim. Os representantes sindicais se reuniram com a secretária de educação e, entre conquistas, foi assegurada a criação de uma comissão paritária para fixação de data e percentual de aumento real, além do abono das faltas do período da greve.

De acordo com alguns rascunhos para uma intervenção que o professor David Moisés Madeira faria na Câmara Municipal em 15 de outubro de 1991, identificamos o relato da greve de 1989. A partir desse movimento paredista, segundo o manuscrito, um acordo foi firmado na justiça para que o município repassasse a inflação do mês aos professores, o que minimizou o impacto da política econômica.

Contudo, ele acrescenta que poderia “aparentemente parecer que eram privilegiados e estavam assegurados”, mas “apesar de nos ser repassada a inflação do mês, a impressão que se tem é de um momento delicado”. (Verso do Ofício n.º 1848/91 da Câmara Municipal de São Luís – Arquivo pessoal David Moisés Madeira).

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

As experiências vividas pela APEMM, enquanto sujeito coletivo podem demonstrar uma visão economicista e corporativa estreita, mas é possível ressaltar que as reflexões produzidas sobre as condições objetivas e subjetivas em que a categoria se encontrava levou a entidade a construir perspectivas mais críticas em relação às questões pedagógicas e políticas educacionais estabelecidas, especialmente ao perceber sua crescente proletarização e degradação das condições de trabalho.

Esses elementos apontam para o amadurecimento da organização coletiva dos trabalhadores em educação, desde a decisão de construir uma associação de representação da categoria, lutas empreendidas pela aprovação do primeiro estatuto do magistério em 1985, as mobilizações e movimentos paredistas que reivindicavam o pagamento de salários atrasados, valorização profissional, a defesa para realização de concursos públicos.

REFERÊNCIAS

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a.

PROFESSOR: alvo da greve. **Jornal O Estado O Maranhão**, São Luís, p. 5, 14 mar. 1989.

PROFESSORES podem parar rede de ensino municipal. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 5, 13 out. 1989.

GREVE dos professores adiada. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 18 out. 1989.

PROFESSORES irão fazer piquetes a partir de amanhã. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 29 out. 1989.